

## **Diante da repressão do povo Mapuche e do assassinato do indígena Rafael Nahuel na Província do Rio Negro, Argentina**

Desde agosto deste ano de 2017, os povos indígenas adquiriram uma presença incomum na mídia argentina, em estreita ligação com um fato que chocou o país: o desaparecimento forçado (e posterior verificação de sua morte) do militante Santiago Maldonado, de incursão pela Gendarmeria Nacional (forças de segurança) para a comunidade indígena mapuche "Pu Lof en Resistencia" de Cushamen, na província de Chubut, no sul do país.

Em 26 de novembro, houve uma brutal repressão da Polícia Federal e da Prefeitura Naval, à comunidade Mapuche Lafken Winkul Mapu, na área do Lago Mascardi, localizada a cerca de 35 km de San Carlos de Bariloche, Província de Río Negro. Ocorreu a trágica morte (assassinato) de Rafael Nahuel, um jovem mapuche de apenas 22 anos. Além disso, outros dois mapuches foram feridos com balas de chumbo. Para isso deve-se acrescentar que vários atos de violência foram registrados.

Esses eventos não são surpreendentes ou casuais. Por algum tempo, desde a gestão do governo nacional - especialmente o Ministério da Segurança - com o consentimento da mídia ligada ao poder político e econômico, e mensagens de alguns grupos nas redes sociais, um processo de demonização começou, e a estigmatização de um suposto "outro interno" definido como perigoso no quadro da grande avidez especulativa que os territórios da Patagônia enfrentam antes do voraz avanço das políticas neoextractivistas.

É assim, e dada a gravidade desses fatos, somos obrigados a notar como profissionais que trabalhamos com os povos indígenas a vulnerabilidade institucional e a repressão exercida sobre diferentes comunidades indígenas do país.

Portanto, exigimos das autoridades dos vários poderes e solicitamos às instituições envolvidas e os meios de comunicação para o efetivo cumprimento dos direitos dos povos indígenas previstos na Constituição Nacional (artigo 75, parágrafo 17), vários acordos internacionais (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas), bem como outras legislações nacionais, provinciais e locais.

Pedimos a toda a comunidade acadêmica e à sociedade como um todo para demonstrar e exigir a cessação da violência contra as comunidades indígenas.

**Dr. Stephen Grant Baines<sup>1</sup>, Dr. Alejandro Balazote<sup>2 3</sup>, Dra. Mónica Berón<sup>2 4</sup>, Lic. Malena Castilla<sup>2</sup>, Dr. Juan Engelman<sup>2 3 4</sup>, Dra. Isis María Cunha Lustosa<sup>5</sup>; Lic. Nadia Molek<sup>2</sup>; Prof. Alejandra Pérez<sup>2</sup>, Lic. Ludmila Quiroga<sup>2 6</sup>, Dr. Juan Carlos Radovich<sup>2 4</sup>, Dr. Hugo Trincherro<sup>2 4 7</sup>, Dr. Sebastián Valverde<sup>2 3 4</sup>, Prof. María Laura Weiss<sup>2 4</sup>, Dr. Renato Athias<sup>8</sup>**

<sup>1</sup>Profesor Titular, Departamento de Antropología (DAN), Universidade de Brasília (UnB); Pesquisador 1A do CNPq; Coordenador do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI); Coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, Associação Brasileira de Antropologia - ABA, Gestão 2017-2018.

<sup>2</sup>Fac. de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires (Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Rep. Argentina).

<sup>3</sup>Dto. de Cs. Sociales, Universidad Nacional de Luján (Ciudad de Luján, Provincia de Buenos Aires, Rep. Argentina).

<sup>4</sup>Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET (Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Rep. Argentina).

<sup>5</sup>Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (Laboter), Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás (UFG).

<sup>6</sup>Universidad de Morón (Ciudad de Morón, Provincia de Buenos Aires, Rep. Argentina).

<sup>7</sup>Universidad Nacional de José. C. Paz (José. C. Paz, Provincia de Buenos Aires, Rep. Argentina).

<sup>8</sup> NEPE, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).